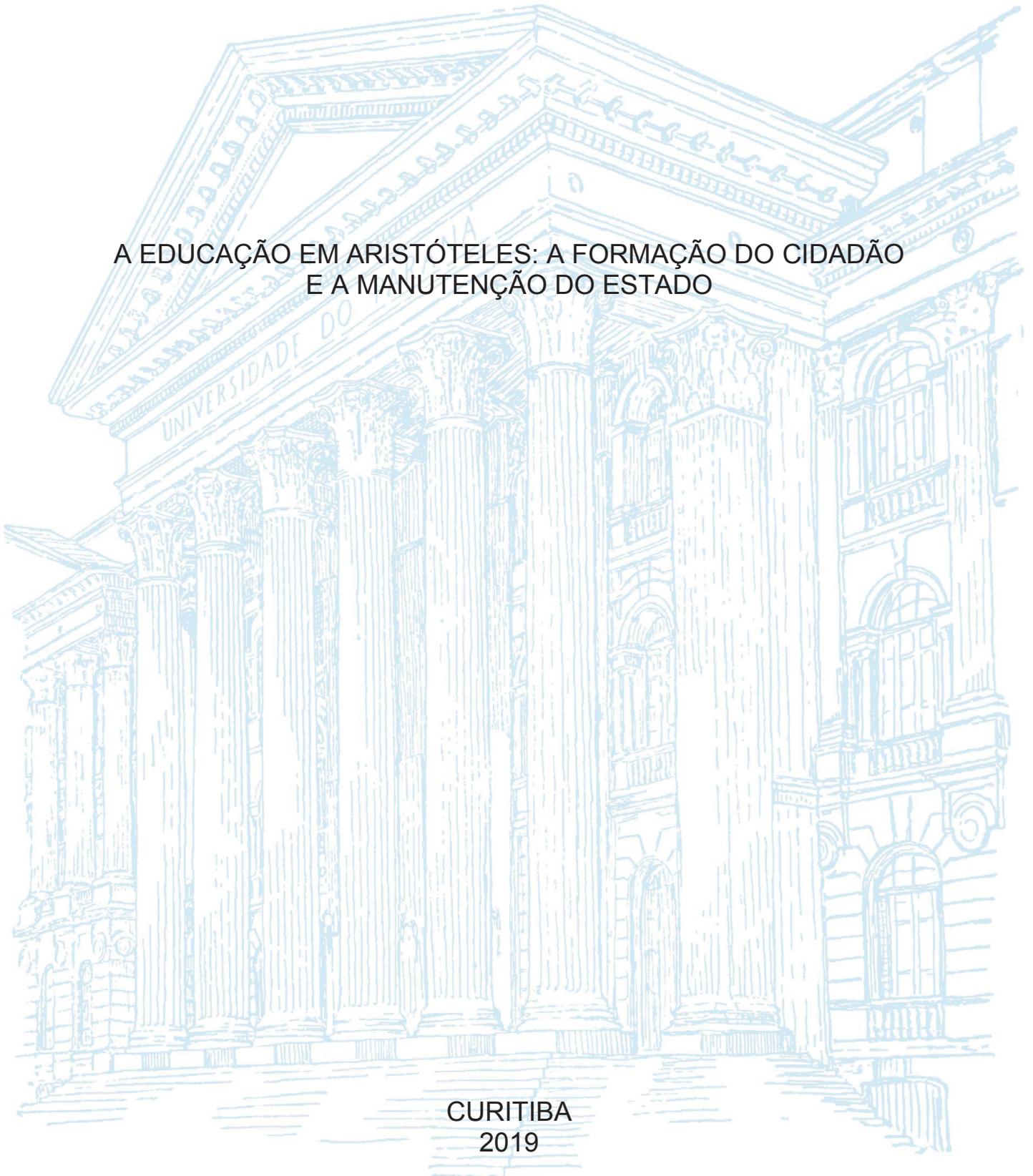


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MAIKON HANRY DE SOUZA

A EDUCAÇÃO EM ARISTÓTELES: A FORMAÇÃO DO CIDADÃO
E A MANUTENÇÃO DO ESTADO



CURITIBA
2019

MAIKON HANRY DE SOUZA

A EDUCAÇÃO EM ARISTÓTELES: A FORMAÇÃO DO CIDADÃO
E A MANUTENÇÃO DO ESTADO

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista, Curso de Especialização em Filosofia da Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Maicon Reus Engler

CURITIBA

2019

A todos os Deuses gregos que me concederam a sabedoria e a energia necessária para a realização de mais este desafio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe, Maria Antônia Casagrande de Souza, pois sempre me incentivou a estudar e nunca desistir.

À Amabile Teixeira Altafini, minha esposa, por toda a paciência e dedicação que teve durante todos estes meses.

À Maria Alice Altafini Tanita, minha “filha”, por compreender todas as ausências nos dias que deveríamos brincar.

Ao professor Maicon Reus Engler pelas maravilhosas aulas de filosofia antiga e por toda orientação durante este trabalho.

Aos professores que nos acompanharam e tanto me ensinaram durante os meses de aulas e pesquisas.

Aos amigos e colegas da especialização.

Agradeço também a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste estudo.

“São amargas as raízes da educação,
porém seus frutos são doces”.

Aristóteles



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE EDUCACAO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO -
40001016206E1

TERMO DE APROVAÇÃO

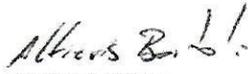
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Trabalho de Conclusão de Especialização de **MAIKON HANRY DE SOUZA**, intitulada: **A EDUCAÇÃO EM ARISTÓTELES: A FORMAÇÃO DO CIDADÃO E A MANUTENÇÃO DO ESTADO**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de Especialista está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 13 de Dezembro de 2019.


MAICON REUS ENGLER
Presidente da Banca Examinadora


JULIANO ORLANDI
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE)


ALTIERIS BORTOLI
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo o sistema educacional proposto por Aristóteles e a influência deste sistema na formação do cidadão e manutenção governamental da *pólis*. Nenhum texto sobre a teoria da educação aristotélica chegou até os dias atuais, portanto para realizar tal empreendimento foi necessário perpassar por diversos textos do filósofo, principalmente *A política* e *Ética a Nicômaco*. Ao analisar as obras buscou-se elucidar qual é a finalidade da educação para Aristóteles e a relação desta educação com a formação do cidadão. Procurou-se, também, como objetivo principal, demonstrar a função da educação na formação do cidadão e como ela é importante para a estabilidade da *pólis*. Descreveu-se o sistema educacional peripatético e explicou-se porque a educação, como formadora do cidadão, é dever do legislador. Para atingir os objetivos propostos o trabalho seguiu os métodos argumentativos e a técnica da pesquisa bibliográfica. Após análise do pensamento educacional aristotélico concluiu-se que não é possível desconsiderá-lo como um importante filósofo da educação. Sua proposta educacional busca encerrar o impasse grego do período sobre a educação privada e a educação pública, devolvendo o poder educacional para a *pólis*, mas sem excluir a participação das famílias na educação das crianças e jovens. Com uma estreita conexão entre educação e política, uma das principais contribuições aristotélicas está o fato de propor que a educação deve ser uma preocupação do legislador (Estado) e que esta deve única para todos os cidadãos, pois cabe à educação o ensino das virtudes necessárias para se atingir a *eudaimonia*, que é a finalidade do cidadão e da *pólis*.

Palavras-chave: Aristóteles; Educação; Educação Pública; Política

ABSTRACT

The present work aims to study the educational system proposed by Aristotle and the influence of this system in the formation of the citizen and governmental maintenance of the polis. No text on the theory of Aristotelian education has reached the present day, so to carry out such a project it was necessary to go through several texts of the philosopher, especially *Politics* and *Ethics to Nicomachus*. When analyzing the works, we sought to clarify what is the purpose of education for Aristotle and the relationship of this education with the formation of the citizen. The main objective was also to demonstrate the role of education in the formation of the citizen and how it is important for the stability of the polis. The peripatetic educational system was described and it was explained why education, as the educator of the citizen, is the duty of the legislator. To achieve the proposed goals, the work followed the argumentative methods and the technique of bibliographic research. After the analysis of Aristotelian educational thought, it was concluded that he cannot be dismissed as an important philosopher of education. Its educational proposal ends the Greek impasse of the period on private education and public education, returning educational power to the polis, but without excluding the participation of families in the education of children and youth. With a close connection between education and politics, one of the main Aristotelian contributions is the fact that he propose that education should be a concern of the legislator (State) and that it should be unique to all citizens, as it is up to education the teaching of the virtues necessary to achieve eudaimonia, which is the purpose of the citizen and the polis.

Key words: Aristotle; Education; Public Education, Politics

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	10
2.	O SISTEMA EDUCACIONAL DE ARISTÓTELES.....	14
2.1	A EDUCAÇÃO PARA ARISTÓTELES.....	18
2.2	ETAPAS, CURRÍCULOS E MÉTODOS.	20
2.2.1	Etapas do sistema educacional	21
2.2.2	Currículo escolar aristotélico	24
2.2.3	Pretensão de um método educacional aristotélico	30
3.	A FUNÇÃO DA EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DO CIDADÃO E MANUTENÇÃO DA PÓLIS.....	33
3.1	EDUCAÇÃO PÚBLICA E EDUCAÇÃO PRIVADA.....	36
4.	CONCLUSÃO.....	40
	REFERÊNCIAS.....	43

1. INTRODUÇÃO

A educação foi indispensável para o progresso de todos os povos, em todas as épocas. Como diz Werner Jaeger (2001, p. 3), “todo povo que atinge um certo grau de desenvolvimento sente-se naturalmente inclinado à prática da educação”, e entre os gregos não foi diferente. A história e a filosofia da educação em muitos sentidos se confundem, pois desde o “nascimento” da filosofia no século VI a. C. (FERRY, 2007) os filósofos já se preocupavam com a educação das futuras gerações, como exemplificam as comunidades pitagóricas e a sucessão de discípulos.

Na antiguidade clássica, período áureo da filosofia grega, os principais filósofos são: Sócrates, Platão, Isócrates, os sofistas e Aristóteles. Todos de alguma forma contribuíram com a *Paidéia*¹ grega, sendo que, entre eles, os que mais recebem destaque são Platão e seu ensinamento teórico e dialético; Isócrates e sua ênfase no ensino da oratória; e os sofistas com o ensino de estratégias de oratória e argumentação.

Aristóteles, um dos grandes filósofos do período, costuma não figurar entre os principais nomes ligados à educação, e quando figura, geralmente restringem sua contribuição à mera continuidade do pensamento platônico (CENCI, 2012). Em desacordo com o pouco destaque atribuído a este pensador no campo educacional, buscar-se-á aprofundar os conhecimentos sobre o sistema educacional proposto por ele.

Comparado aos demais filósofos e pensadores da época, as contribuições e o sistema educacional aristotélico têm sido pouco estudados e pesquisado pela comunidade acadêmica. Diante disso, se faz necessário um estudo que busque demonstrar que a educação também poderia fazer parte das preocupações do filósofo e que suas contribuições foram e permanecem relevantes.

¹ Educação do Homem como tal, ou seja, educação devida às “boas artes”, que o distinguem dos animais. As “boas artes” são a poesia, a eloquência, a filosofia etc, às quais se atribuía valor essencial para aquilo que o homem é e deve ser, portanto para a capacidade de formar o homem verdadeiro, o homem na sua forma genuína e perfeita. (ABBAGNANO, 2007, p. 225)

Aristóteles está situado dentro de um contexto histórico de crise política e educacional. A antiga tradição, em que a *pólis* exercia grande influência educacional, está sendo substituída (CENCI, 2012) e a “nova educação privada” não transmite valores coerentes que permitam a manutenção orgânica do regime da cidade.

Buscando restabelecer o poder pedagógico da *pólis* e transmitir valores que contribuam para que o indivíduo e a cidade alcancem o seu *télos* (finalidade), Aristóteles formulará as bases do seu sistema educacional.

Este sistema tem por característica retomar o poder pedagógico tradicional em que a *pólis* exercia grande influência na educação, no entanto, sem excluir a participação da educação privada (familiar) que predominava no período.

A educação, para o pensador, tem de ser pública, ou seja, a mesma para todos e constar como preocupação central do legislador (*Pol.*). Este deve estabelecer leis educacionais para que haja estabilidade orgânica entre os cidadãos da cidade, pois quando isso não ocorre, o regime pode não se manter.

Ao cuidar de todos os aspectos educacionais, Aristóteles pensa a educação antes mesmo do nascimento do futuro cidadão, indicando o período que é mais propício para a concepção da gravidez, a idade adequada que o homem e a mulher devem possuir para conceber uma gestação e, após o nascimento, todos os cuidados necessários para que a saúde do bebê não seja prejudicada. Esta preocupação pode ser verificada nas palavras do próprio filósofo:

Aceitando que o legislador deveria ocupar-se, desde o início, de que os corpos dos cidadãos a educação sejam os mais saudáveis, segue-se que a atenção inicial deve ser dedicada à união conjugal e ao período e condições em que o homem e mulher devem ter relações sexuais. (*Pol.* 1334b, 30-33.)

Ainda pensando a educação infantil, são indicados cuidados para que a criança não tenha contato com determinadas linguagens, seja oralmente ou visualmente, para que sua educação moral não seja prejudicada.

Além da preocupação moral, o currículo aristotélico é composto pelo ensino da gramática, que inclui a leitura e a escrita, o desenho, a ginástica e a música. Cada uma destas disciplinas tem um objetivo específico para a formação do cidadão da *pólis*, sendo que algumas possuem um caráter prático (gramática), outras uma preocupação com a saúde (ginástica), outras ainda visam o desenvolvimento da sensibilidade estética (desenho) e a música tem por finalidade ensinar o cidadão a desfrutar o seu período de ócio.

Para ensinar todas estas disciplinas, o mestre grego propõe que o método deve ser adaptado à ciência em questão e ao aluno, utilizando ora o método empírico, ora o teórico, assim como o método dialético.

Por ser um “animal político” que não consegue sobreviver isoladamente, o ser humano necessita se relacionar com a comunidade (criando a *pólis*) para obter o sustento que não lhe é possível adquirir sozinho.

Todo o esforço educacional proposto no sistema de Aristóteles tem como objetivo formar o futuro cidadão da *pólis* e contribuir com a manutenção do regime político. “De todos os meios aqui referidos para assegurar a conservação dos regimes políticos, o que se afigura mais importante é o que se encontra hoje menosprezado: a educação cívica”. (Pol. 1310a, 11-13).

Se as virtudes dos cidadãos não forem adequadas ao regime político, possivelmente haverá instabilidade, visto que, segundo Aristóteles (*Pol.*), um regime democrático necessita de uma educação pautada por princípios democráticos, uma educação aristocrática, por princípios aristocráticos e assim todos os regimes políticos.

Se o regime não for estável, não será possível ao cidadão e nem à cidade atingirem a sua finalidade, ou seja, não será possível atingir a felicidade.

Portanto, pautado na metodologia da pesquisa bibliográfica, a qual, segundo Cervo, Bervian e Silva (2007), tem como objetivo explicar a

problemática da pesquisa, mediante referências teóricas publicadas em livros, artigos, dissertações e teses, buscar-se-á segundo o sistema educacional aristotélico demonstrar a função da educação na formação do cidadão e na manutenção da *pólis*.

Para demonstrar como a “pedagogia” aristotélica atuava na formação do cidadão e manutenção da *pólis*, será necessário descrever o sistema educacional aristotélico e explicar por que, na visão do filósofo grego, a educação é uma obrigação do legislador para com o cidadão e como ela é um dos pilares na manutenção do regime da cidade.

Para atingir o objetivo de aprofundar os estudos e conhecimentos sobre a Educação em Aristóteles, foram utilizados os livros *A Política (Pol.)* e *Ética a Nicômaco (EN)*, visto que restaram poucos fragmentos do único texto do filósofo que teria como objeto principal a educação (CENCI, 2012). Até mesmo em *A Política*, durante o desenvolvimento de seu sistema educativo, é possível perceber uma forte interrupção do texto, levantando a possibilidade que parte do texto se perdeu.

2. O SISTEMA EDUCACIONAL DE ARISTÓTELES

Aristóteles (384-322 a.C.) pode ser considerado um dos maiores pensadores já “produzidos” pela história da humanidade. Com um conhecimento enciclopédico, o filósofo nascido em Estagira recebeu dentro da academia platônica o adjetivo de “o leitor” (CENCI, 2012). Além de ser um excelente estudioso, escreveu numerosas obras² com excelência em diversos campos, assim como é reconhecido por sistematizar e organizar o conhecimento de sua época, além de fundar sua escola, o Liceu.

Apesar do vasto reconhecimento que possui dentro da filosofia e outras áreas do conhecimento, Aristóteles não tem recebido destaque quanto às suas reflexões e contribuições para a educação, seja a de sua época ou dos tempos atuais, sendo preterido diante das escolas platônicas, isocráticas e dos próprios sofistas.

Mesmo os estudiosos das obras aristotélicas ao longo da história têm dedicado pouco ou nenhum espaço para a concepção educativa de Aristóteles. Cenci (2012, p. 27) destaca que “muitos filósofos expositores de seu pensamento, tais como Hoff (2008), Düring (1995) e Guariglia (1997), não dedicam nenhum espaço à sua concepção de educação”.

Sobre as possíveis razões de se menosprezar as contribuições educacionais do estagirita, o professor Angelo Cenci, em seu livro *Aristóteles e a Educação* (2012), destaca que estudiosos como Werner Jaeger e Henri Marrou compartilham da opinião de que a contribuição aristotélica é pouco original se comparada à de Platão e de Isócrates.

Certamente há motivos para esse tipo de leitura. Um deles é o de que os livros VII e VIII da *Política*, os que restaram de seu modelo educativo, teriam sido elaborados numa fase ainda “idealista”, platônica, tendo sido diretamente influenciados pelas *Leis* de Platão” (CENCI, 2012, p. 27).

² Segundo Diógenes Laércio, os escritos de Aristóteles totalizam 445.270 linhas (*D.L.* Livro V, 27).

Os textos escritos por Aristóteles sobre a educação são escassos, ao menos quanto aos escritos que chegaram até os séculos mais recentes. De conteúdos diretamente elaborados sobre o tema, tem-se apenas um fragmento insignificante do seu tratado sobre a educação (CENCI, 2012), e os livros VII e VIII da *A Política (Pol.)*.

Devido aos poucos textos e ao reduzido espaço que os estudiosos estão oferecendo à filosofia da educação aristotélica, seria possível concluir que o filósofo não teria grandes preocupações nesta área. Nada mais equivocado.

Como demonstra Cenci,

O fato de não terem restado outros escritos sobre educação é a razão mais provável pela qual a concepção educativa de Aristóteles seja considerada pouco original, por vezes uma simples continuidade das teses educativas de Platão. (CENCI, 2012, p. 28)

Para reforçar a tese de que é leviano concluir que Aristóteles se dedicava com menor intensidade ao ensino e à educação, devem-se verificar alguns de seus próprios pensamentos. No início da *Metafísica (Metaph.)*, ao abordar sobre a sapiência, Aristóteles (*Metaph.* 981b, 8-9) diz: “em geral, o que distingue quem sabe de quem não sabe é a capacidade de ensinar”, o que indica que a sua própria definição de sabedoria leva em consideração a capacidade de educar e transmitir conhecimentos.

Outro ponto que complementa o argumento apresentado é retirado do livro *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*, de Diógenes Laércio (*D.L.* Livro V, 18), “o filósofo costumava dizer que três coisas são indispensáveis à educação: dotes naturais, estudo e prática constantes”. Também, segundo o mesmo autor (*D.L.* Livro V, 35), “Aristóteles teve muitos discípulos, entre os quais o mais ilustre foi Teofrasto”. O que poderia indicar que se preocupava com o ensino.

Superada a concepção de Aristóteles, como um mestre que não se preocupava com a educação, é possível direcionar a atenção sobre qual

contexto o filósofo construiu o seu sistema de educação e quais eram os seus objetivos.

Estabelecer os princípios, valores e conhecimentos que devem ser transmitidos por um sistema educacional às novas gerações sempre suscitam acalorados debates, e é frequentemente uma questão central nos estudos e pesquisas educacionais atuais. No entanto, quando o olhar se volta ao passado, tal questão também se mostra presente, por mais longínquo que seja o horizonte histórico.

Na Grécia, a mesma questão estava posta, contudo não era apenas restrita à educação, pois a cidade também passava por um contexto de crise política e moral. Se antes a *pólis* ateniense desfrutava seu período áureo, naquele momento ela se mostrava diferente. Bittar (2003) aponta que o próprio espaço público onde eram representadas as frequentadas encenações e ministradas as palestras dos sofistas obscureceu-se diante do enfraquecimento do espírito cívico e da cultura política.

Conforme mostra Cenci (2012, p. 28), as concepções educativas de Aristóteles foram “elaboradas num contexto de crise pedagógica. Atenas se encontrava em plena crise, assim como várias outras cidades gregas”.

A cidade de Atenas do século V a.C. passava por transformações do ponto de vista político, moral e educacional. Contrapondo-se à tendência antes coletiva, havia um crescente individualismo e preocupação com os negócios privados em detrimento do espírito coletivo, e essa transformação afetava diretamente a educação. Werner Jaeger (2001, p. 347) afirma que “os sofistas são, com efeito, as individualidades mais representativas de uma época que na sua totalidade tende para o individualismo”.

Hourdakis também apresenta uma posição que corrobora este contexto político do período:

Houve uma decadência, uma patologia moral e política que coincidiu com o ensino dos sofistas e com a Guerra do Peloponeso. Os atenienses tornavam-se indiferentes a tudo, e um ceticismo geral vigorava em toda a parte. Cada um vivia para si mesmo e para cuidar

dos seus negócios. [...] a essa crise e *patologia* política e moral, provocada igualmente por um individualismo mercantilista, ligava-se diretamente uma crise, uma *patologia* educativa. (HOURDAKIS, 2001, p. 16-17)

É neste cenário que Aristóteles chega a Atenas. Ele provavelmente chegou à cidade com 17 anos, e frequentou a Academia de Platão por 20 anos. No entanto, esta não era a única escola com grande influência.

No período em que Aristóteles chega a Atenas e desenvolve a sua formação intelectual, duas escolas tinham assumido especial destaque em termos de formação dos jovens. [...] Trata-se de Platão (427-348 a.C.) e Isócrates (436-338 a.C.), dois grandes mestres que contribuíram de modo decisivo para a educação... (CENCI, 2012, p. 17)

Platão e Isócrates ofereceram grandes contribuições à *Paideia* grega, no entanto, não se devem confundir os seus papéis e suas diferenças educacionais. Segundo Cenci,

Platão e Isócrates desenvolveram duas pedagogias distintas, pois enquanto o primeiro ancorou-se numa perspectiva inequivocadamente filosófica, o segundo valeu-se da oratória, trazendo a ela importantes inovações. (CENCI, 2012, p. 17)

Se por um lado as escolas de Platão e Isócrates foram proeminentes na educação grega do período, nenhuma delas conseguiu propor uma solução definitiva para a crise educacional do período.

Platão, com seu projeto educativo, tem pretensões de formar o cidadão para a “República ideal” e Isócrates tinha seu projeto voltado à eloquência e ao poder político. “Em suma, nem Platão e a cultura filosófica, nem Isócrates e a cultura retórica seriam orientações satisfatórias para um projeto educativo a ser edificado a partir do diagnóstico aristotélico”(CENCI, 2012, p. 29).

Segundo Cenci (2012), o diagnóstico proposto por Aristóteles sobre a crise na educação grega do período indica que ela era resultado de duas

correntes educacionais antagônicas: uma antiga, que tinha no Estado e na legislação o poder educativo; e outra nova, em que as famílias eram soberanas no processo educacional dos jovens, ensinando-lhes o que lhes conviesse.

É neste cenário que Aristóteles se encontrava para desenvolver suas reflexões sobre a educação e propor o seu sistema educacional

2.1 A EDUCAÇÃO PARA ARISTÓTELES.

A compreensão do sistema educacional proposto por Aristóteles consiste, também, no entendimento de que ele foi construído e pensado para resolver as questões de seu tempo. Portanto, para que não ocorra equívocos, é importante tornar nítido alguns conceitos que serão utilizados. Assim, entendeu-se relevante, antes de iniciar com maior profundidade a visão aristotélica sobre a educação, trazer a concepção geral do termo;

Educação do grego significa *paideia* e do latim *educatio*. Em geral, designa-se com esse termo a transmissão e o aprendizado das técnicas *culturais*, que são as técnicas de uso, produção e comportamento, mediante as quais um grupo de homens é capaz de satisfazer suas necessidades, proteger-se contra a hostilidade do ambiente físico e biológico e trabalhar em conjunto, de modo mais ou menos ordenado e pacífico. Como o conjunto dessas técnicas se chama cultura, uma sociedade humana não pode sobreviver se sua cultura não é transmitida de geração para geração; as modalidades e formas de realizar e garantir essa transmissão chama-se educação. (ABBAGNANO, 2007, p. 305-306)

A teoria educativa na Grécia do século V a.C. não concebia o indivíduo e a *pólis* com características éticas que não fossem comuns. Assim, indivíduo e comunidade se “confundiam”, e a educação levada aos jovens ensinava que as leis e a ética da cidade-estado eram as suas leis e a sua ética. Como demonstra Jaeger (2001), inicialmente o cidadão da *pólis* não concebia de forma diferente o *êthos*³ do cidadão e o *êthos* do Estado.

³ Segundo Chauí (2002, p. 501), “*êthos* significa caráter, maneira de ser de uma pessoa, índole. O *êthos* é tratado pela ética”.

Para nós, a ética do Estado está sempre em oposição à moral individual e muitos de nós preferiríamos escrever entre aspas a palavra, no primeiro sentido. Para os Gregos do período clássico ou mesmo para os de todo o período da cultura da *pólis* era, ao contrário, quase uma tautologia a convicção de que o Estado era a única fonte das normas morais; e era impossível conceber a existência de outra ética que não a ética do Estado, isto é, as leis da comunidade em que o Homem vive. Uma moral privada diferente dela era ideia inconcebível para os Gregos. (JAEGER, 2001, p. 379)

Aristóteles encontrava-se justamente no período em que a “nova” postura educacional levava os cidadãos a terem um pensamento individualista, separando a sua concepção ética do Estado.

Das divergências resultantes das escolas platônicas, isocráticas e sofistas, Aristóteles buscará “unir” as concepções educativas antigas, que têm sua centralidade no poder educativo da *pólis*, como enfatizado acima, e a concepção “nova” que tem o seu princípio centrado na educação privada.

É importante compreender que ao citar a educação privada, Aristóteles se refere à educação familiar e não à concepção moderna do termo. Conforme podemos ver no excerto da *Política*:

Tendo toda a cidade um único fim, é evidente que a educação deve necessariamente ser uma e mesma para todos, e que o cuidado posto nela deve ser tarefa comum e não do foro privado, como se tornou prática corrente (pois que cada um se preocupa em particular com a educação dos seus filhos, dando-lhes um ensino privado, segundo parece melhor a cada qual). (*Pol.* 1337a, 19-24).

A proposta educacional aristotélica busca restaurar o poder educativo da *pólis*, ou seja, seu poder legislativo sobre a educação. Para Cenci (2012, p. 30), “Aristóteles propõe-se a restaurar o poder pedagógico do Estado e se situa como partidário da antiga tradição que defendia o papel do legislador em matérias de educação”.

Ao restaurar o poder pedagógico do Estado, o sistema educacional de Aristóteles, assim como toda a sua filosofia, pretende atingir um objetivo e é em vista desse objetivo que o político deve legislar.

O político deverá legislar tendo em vista todos estes fatores, tanto no que se refere às partes da alma como as atividades respectivas e sobretudo, atendendo às coisas mais excelentes e aos fins. O mesmo tem que estar em causa no que se refere aos diferentes modos de vida e às diferentes atividades. É preciso trabalhar e fazer a guerra; mas ainda mais viver em paz e fruir do ócio. É preciso realizar atos necessários ou úteis, mas ainda mais ações honrosas. Estes são os objetivos da educação para as crianças e nas demais idades que requerem formação. (*Pol.* 1333a, 37 - 1333b 3).

Observando-se os deveres que Aristóteles determina ao político ao criar as leis educacionais, pode-se concluir que função do sistema educacional aristotélico é a formação integral do ser humano e do cidadão. A educação tem como papel ensinar as habilidades e virtudes necessárias para a guerra e para o trabalho, mas também para os tempos de paz e de ócio (lazer).

No entanto, apesar de ser partidário da tradição que defendia o papel do legislador, o filósofo não exclui a família do processo educacional, e ela tem um papel auxiliar indispensável (CENCI, 2012), conforme poderá se notar nas etapas de formação propostas na educação aristotélica.

2.2 ETAPAS, CURRÍCULOS E MÉTODOS.

A preocupação de Aristóteles com a educação das crianças e jovens antecede até mesmo o nascimento destes. Conforme Hourdakís (2001), Aristóteles se preocupa com o tema da procriação para lançar os fundamentos da educação da cidade. Partindo de uma visão *fisiopedagógica*⁴, o filósofo faz orientações para que o legislador se preocupe com a concepção dos bebês, os

⁴ Esse termo se refere ao conjunto da natureza humana como organismo corporal e psíquico e a suas relações com o mundo físico. (HOURDAKIS, 2001, p. 10)

cuidados durante a gestação e, até mesmo, a idade que os pais devem ter para que os futuros cidadãos sejam os mais saudáveis.

Aceitando que o legislador deveria ocupar-se, desde o início, de que os corpos dos cidadãos a educar sejam os mais saudáveis, segue-se que a atenção inicial deve ser dedicada à união conjugal e ao período e condições em que o homem e mulher devem ter relações sexuais. (*Pol.* 1334b, 29-32).

Após as orientações de concepção, a atenção se direciona às diversas etapas na educação, que Aristóteles separa em quatro ciclos, os quais, segundo aponta Araújo e Silva (2017), ocorrem entre a fase pré-natal até a maioridade. A divisão destes ciclos é apresentada da seguinte forma:

Em síntese, para Aristóteles, os períodos de instrução de acordo com as idades se destacam em quatro, sendo o primeiro o da procriação e/ou pré-natal correspondente de 0 a 9 meses. O segundo correspondente a nutrição que é visto como idade do bebê no 1º ano, a pequena infância na média do 2º ao 5º ano, a primeira infância do 5º ao 7º ano. O terceiro relacionado à educação e infância que transcorre do 7º ao 14º, a adolescência correspondida do 14º ao 21º. Por fim, o quarto período o qual é reconhecido como a maior idade a partir do 21º. (ARAÚJO e SILVA, 2017, p. 145)

Delineada a estrutura etária com que Aristóteles compreende os ciclos educacionais, deve-se aprofundá-los para conhecer o que o pensador pretendia do ponto de vista curricular, assim como metodológico.

2.2.1 Etapas do sistema educacional

Divididas em quatro, as etapas pedagógicas presentes no sistema educacional aristotélico iniciam com as preocupações pré-natais e concluem-se na idade adulta com 21 anos. No entanto, como relembra Cenci (2012, p. 33), “a estruturação das matérias de ensino e suas respectivas pedagogias podem

ser situadas a partir do diagnóstico da crise educativa grega feita por Aristóteles”.

A preocupação *fisiopedagógica* é evidente em todo o sistema educacional, e o exercício moderado é indicado desde a infância; “É aconselhável que façam todos os exercícios possíveis à infância, para evitar qualquer deformação dos seus membros ainda frágeis” (*Pol.* 1336a, 9-11).

A proposta aristotélica, guardadas as devidas ressalvas, se comparada ao sistema educacional brasileiro, já se preocupava com questões fundamentais voltadas à alimentação e à educação infantil, enquanto no Brasil são relativamente recentes os esforços para um acompanhamento pré-natal adequado às gestantes e uma alimentação nutricional mínima para as crianças em idade escolar.

Além da preocupação física, outro ponto fundamental na filosofia da educação aristotélica é o hábito. Sobre este, o filósofo (*Pol.*) indica que a infância é o período que se devem iniciar os hábitos e desenvolvê-los gradualmente.

Segundo Aristóteles (*Pol.*), até os sete anos de idade, fase conhecida como *trophé*⁵, também não convém iniciar as crianças no sistema formal de ensino e em nenhum tipo de trabalho, ou seja, é a fase privada ou familiar da educação.

É nesta idade que os responsáveis pela educação das crianças devem cuidar com quem elas passam o tempo, pois, sendo tão pequenas, aprenderão a partir da imitação reproduzindo o que ouvem e veem.

No livro sétimo da *Política* (*Pol.*), o filósofo demonstra uma preocupação moral na formação da criança; chega inclusive a orientar o legislador a proibir o uso de certos tipos pinturas, sátiras, comédias e linguagem imprópria perto e pelas crianças.

⁵ Termo que corresponde, segundo Cenci (2012, p. 33), “ao período que vai de zero a sete anos de vida da criança. [...] Significa criação, período que a criança é alimentada em casa e cuidada pela mãe”.

Deveria ser o primeiro dever do legislador, por conseguinte, banir o uso da linguagem ordinária. O uso da má linguagem de qualquer tipo, é a porta de entrada para o mau agir. Os jovens, especialmente, deveriam ser afastados da audição, ou impedidos de usar tal tipo de linguagem. (*Pol.* 1336b, 2-6).

Para ele, as crianças só poderão ter acesso a este tipo de linguagem, pinturas e comédias quando estiverem mais velhos e puderem “compartilhar o vinho” nas refeições comuns, pois é nesta idade que a educação os terá tornado imunes ao mal que resultam dessas obras.

Até os cinco anos, o desenvolvimento das crianças deve ser livre, variado e feito principalmente com jogos. No entanto, os jogos não devem ser apenas recreativos, mas precisam visar à preparação das obrigações futuras. Segundo Aristóteles (*Pol.* 1336a, 31-34), “tudo isto deve preparar o caminho para as ocupações futuras; os jogos das crianças devem ser na maior parte, imitação das coisas que, mais tarde serão atividades sérias”.

Em paralelo à instrução por meio dos jogos, também é indicado pelo filósofo o uso de contos e histórias, que devem ser escolhidos pelos *pedonomes* ou vigilantes, conforme aponta Hourdakis (2001, p. 35-36): “além dos jogos, haverá necessidade dos *relatos e contos* a serem escolhidos pelos *vigilantes (pedonomes)*; estes deverão igualmente preocupar-se com o comportamento mais geral das crianças”.

Entre os cinco e sete anos, há um período de transição em que as crianças devem assistir às lições que mais tarde irão aprender. Esta etapa “remete, de um lado, à instituição do teatro grego antigo, e de outro, à vida teórica” (HOURDAKIS, 2001, p. 36).

A partir desta idade Aristóteles passará a analisar a terceira etapa do seu sistema pedagógico, ou seja, a educação escolar (dos 7 aos 21 anos) propriamente dita, a qual estará incluída no currículo escolar proposto pelo estagirita.

2.2.2 Currículo escolar aristotélico

Em todo sistema educativo aristotélico tem-se que levar em consideração que o objetivo é a formação dos cidadãos em função da *pólis*, portanto, é essencial que os homens, as mulheres e as crianças tenham determinadas características, as quais irão obter por meio do hábito ou do ensino.

Ora, como de fato, a esfera doméstica é parte da cidade, e os indivíduos de que acabamos de falar fazem parte do lar, e dado que a virtude da parte deveria ser considerada em função da virtude do todo, então, do mesmo modo, tanto as crianças como as mulheres devem ser educadas de acordo com o regime político estabelecido. (*Pol.* 1260b, 13-17).

Por ser o ensino imprescindível na formação dos cidadãos, no livro VIII da *Política* (*Pol.*) Aristóteles começa sua abordagem falando sobre a educação cívica e como esta deve estar em conformidade com o regime para que este se mantenha, logo o currículo do ensino estará voltado a imprimir no espírito dos futuros cidadãos tais características.

Em seguida o filósofo aborda a questão sobre o que deve ser ensinado, problema atual e ainda recorrente em diversos debates educacionais. A educação deve ter um caráter prático, deve-se voltar ao ensino da virtude ou deve promover uma educação teórica que nem sempre dialoga com a realidade da sociedade?

Tais questões são levantadas conforme se pode observar nas próprias palavras do mestre grego.

Iniciar a indagação a partir do estado atual da educação, só gera mal-entendidos, pois não é evidente para ninguém se a educação deve inculcar o que é útil para a vida, ou o que é adequado à prática da virtude, ou mesmo aquilo que não tem utilidade nenhuma; todas estas alternativas têm seus partidários. (*Pol.* 1337a, 38-42).

Visando solucionar a questão, Aristóteles (*Pol.*) propõe o estudo da gramática (leitura e escrita), da ginástica, da música e do desenho, cada uma desempenhando uma finalidade específica em seu sistema de educação.

Mais do que fazer uma seleção de conteúdos que devem ser ministrados, Aristóteles busca o meio termo entre eles (CENCI, 2012). As disciplinas selecionadas pelo pensador grego já eram habitualmente ministradas, e neste sentido a sua proposta não traz nenhuma inovação, no entanto, o que o filósofo insinua é que este currículo deverá ser transformado, sistematizado e inserido em uma legislação.

... Aristóteles insinua que o currículo escolar já existente deverá ser transformado e que o ensino das quatro matérias reconhecidas, que se tinha por hábito ministrar aos jovens [...], que não eram ensinadas sistematicamente – deverá tornar-se objeto de uma legislação. (HOURDAKIS, 2001, p. 38)

O filósofo faz também uma distinção entre as disciplinas “úteis”, como a gramática, que possui como característica conduzir a outros conhecimentos e preparam para uma vida laborativa, e as disciplinas que não possuem uma utilidade subordinada, que devem ser aprendidas pelos homens livres, pois conduzem ao prazer, à felicidade e a bem-aventurança (*Pol.*).

Conforme se verá, as disciplinas propostas conduzem à construção de um currículo que visa à formação humana dos cidadãos, pois contribui na formação utilitária, laboral e no desfrute do ócio. Segundo Cenci (2012, p. 37), “o critério de escolha das disciplinas, além do que foi mencionado acima, é principalmente da formação humana e, mediante ela, o fomento do bem viver na *pólis*”.

A gramática era constituída de ensinamentos como leitura, escrita e aritmética. Elas deviam ser ensinadas às crianças, pois é por meio delas que, posteriormente, seria possível adquirir novos conhecimentos, como em áreas voltadas à economia, ao ensino e às atividades políticas.

Cumpra também referir que, às crianças, devem ser ensinadas alguns saberes úteis, como por exemplo, a leitura e a escrita, não tanto pela sua utilidade, mas porque por seu intermédio podemos aceder a muitas e diversificadas aprendizagens. (*Pol.*, 1338a, 36-39)

Em relação ao ensino do desenho, sua finalidade curricular é sensibilizar e tornar capaz o reconhecimento do belo seja na natureza como na arte (HOURDAKIS, 2001).

As outras disciplinas (ginástica e música) propostas por Aristóteles são as que recebem maior atenção em sua obra, no entanto, é errôneo pensar que por isso as demais não tenham relevância. O livro VIII da *Política* (*Pol.*), conforme chegou à atualidade, é interrompido drasticamente, indicando que não foi finalizado ou se perdeu e é neste trecho da obra que o autor estava tratando sobre as disciplinas curriculares, o que pode ser o motivo da falta de maiores informações sobre as disciplinas que vão além da ginástica e da música.

Conforme aponta Cenci (2012, p. 39), “a ginástica também é uma matéria de ensino que possuía uma longa tradição, e Aristóteles a toma como uma das bases da formação do cidadão”. Isso fica evidente quando o próprio Aristóteles (*Pol.*) aponta que é necessário se preocupar com o ensino do corpo mais do que o da mente, assim como ele aponta que a educação deve se basear mais no hábito do que na inteligência.

Seguindo a filosofia do meio termo, a ginástica não deve ser praticada em excesso, e nisso o filósofo faz uma crítica à cidade de Esparta, pois uma sobrecarga física nas crianças pode ser prejudicial, reduzindo as capacidades cívicas.

Por capacidade cívica Aristóteles se refere à formação de caráter. É por possuir um espírito bem formado que o cidadão educado não agirá com brutalidade, agir típico dos “selvagens”, mas com bravura, que é típico do homem bom.

Conforme aponta o filósofo, “os que sobrecarregam as crianças com demasiados exercícios, privando-as de aprender aquilo que é necessário, na

verdade reduzem-lhes as capacidades, pois tornam-nas úteis para exercer uma só função de cidadão”. (*Pol.* 1338b, 32-35).

A educação, segundo Aristóteles, visa a um desenvolvimento físico equilibrado do indivíduo, pois dentro da sua visão, o indivíduo deve fazer parte e estar alinhado ao todo, que é a cidade. Portanto, como destaca Cenci (2012, p. 40), “ela [a educação] demanda um desenvolvimento físico equilibrado, visando ao vigor e à saúde”.

Se para as crianças o exercício deve ser moderado, ao atingir a adolescência (puberdade) o filósofo muda o tom e prescreve exercícios árduos e uma dieta rigorosa (*Pol.*). Tal mudança remete a uma adaptação curricular a cada faixa etária, pois diferente da criança que está iniciando o seu desenvolvimento físico, a partir da puberdade o jovem grego já está se preparando para assumir as suas funções de adulto, incluindo as obrigações militares.

Diferente das disciplinas ligadas à utilidade, Aristóteles parece hesitar quanto à finalidade da educação musical; “não é fácil determinar o que seja, nem a razão pela qual deve ser cultivada a música.” (*Pol.* 1339a, 15-16).

Essa hesitação parece decorrer das diversas finalidades que a música possui. As três finalidades analisadas pelo filósofo dizem respeito ao uso da música como distração e descanso, pela condução à virtude e pelo cultivo da inteligência. É possível aferir também outra questão para o filósofo questionar o uso da música na educação. Segundo Cenci;

A preocupação de Aristóteles em conceber a música em seu papel educativo, não profissional, deve-se ao fato de que a evolução da música grega se transformara em algo tecnicamente sofisticado em razão de que seu domínio fora muito além do que era possível a um amador, de modo que sua aprendizagem exigia um esforço limitado a poucos especialistas. (CENCI, 2012, p. 40-41)

Como a proposta educacional aristotélica busca a formação do cidadão comum e o aperfeiçoamento individual, uma formação musical que exige tal

nível de aperfeiçoamento e que tem por finalidade agradar ao público e não a “evolução” pessoal é incompatível com o modelo proposto.

O papel da música se diferencia das demais disciplinas, não se enquadrando por sua utilidade ou por necessidade;

[...] de acordo com Aristóteles, a música é uma forma de educação (*paideumata*) que deve ser dada às crianças, não porque ela serve praticamente para alguma coisa, nem porque é uma coisa necessária, mas porque convém a cidadãos livres, que possuem uma formação por natureza correta e sadia (*diagôgên eleutherôn*). (HOURDAKIS, 2001, p. 40)

Ao optar por incluir a música no seu currículo, Aristóteles não o faz de maneira indiscriminada, porém se preocupa em indicar qual é o tipo de música adequada a cada idade, e quais os instrumentos devem ser utilizados.

O filósofo toma o cuidado de minuciar os detalhes, pois acredita que a melodia e os instrumentos corretos podem conduzir à virtude, conforme aponta Cenci (2012, p. 41): “a capacidade de a música fomentar a virtude justifica o seu lugar de destaque na educação aristotélica. Ela se constitui num modo de ação sobre a formação moral”.

A música, para o filósofo, tem a capacidade de alterar as emoções e a natureza do indivíduo, e cada um reage de maneira distinta em relação às melodias, devido a isso, determinadas melodias não são indicadas à educação.

É precisamente nos ritmos e nas melodias que nos deparamos com as imitações mais perfeitas da verdadeira natureza da cólera e da mansidão, e também da coragem e da temperança, e de todos os seus opostos e outras disposições morais. (*Pol.* 1340a, 17-21).

Como na educação física, na educação musical há uma preocupação do que deve ser ensinado a cada idade para que o ensino não seja nocivo, assim como, quais instrumentos podem ser utilizados. Quanto aos instrumentos que devem ou não ser utilizados, Aristóteles (*Pol.* 1341a, 18-21) é

categorico, “não se deve utilizar a flauta na educação, nem qualquer instrumento de profissional como a cítara ou outro semelhante, mas só aqueles que formam os bons aprendizes de música ou de outro tipo de educação”.

O mestre grego chega a fundamentar seu argumento contra a flauta citando que a deusa Atena, após descobrir o instrumento musical, o teria jogado fora porque “a aprendizagem da flauta nada produz em favor da inteligência” (*Pol.* 1341b, 6-7).

Um ponto que chama a atenção em relação à música se refere ao seu objetivo. Fica evidente que para Aristóteles (*Pol.*), o sistema educacional tem um caráter de formação humanista, e o foco principal da música deve ser o desfrute do ócio e o desenvolvimento da virtude e não o deleite do público, ou seja, o quanto a disciplina pode contribuir à formação do *êthos* do cidadão.

Devido à questão ética relacionada à música, determinadas melodias são indicadas à educação e outras são excluídas segundo o filósofo. Sobre as que devem ser excluídas, ele discorda de Sócrates que, na *República* (*R.*), coloca as melodias frígias junto com as dóricas.

Assim, Sócrates na *República* não tem razão quando, depois de recusar a flauta entre os instrumentos, se fixa apenas nos tons frígios e dóricos, pois o tom frígio é em relação à harmonia aquilo que a flauta representa face aos instrumentos: ambos são de teor orgiástico e incutem paixão. (*Pol.* 1342a 31 - 1342b 4)

A relação crítica que o pensador possui com as melodias e instrumentos que devem ser utilizados na educação está em consonância com a sua doutrina do meio termo. Como Aristóteles (*Pol.* 1342b, 14-17) destaca, “como sempre elevámos o termo médio acima dos extremos, [...] é evidente que as harmonias dóricas, possuindo essa natureza intermédia em relação às demais, são as mais adequadas à educação dos mais novos”.

Exaltando o meio termo como balizador para a escolha da melodia dórica, podem-se notar indícios que o sistema educacional aristotélico utilizará

o equilíbrio como princípio metodológico. Cabe, então, aprofundar o que diz o mestre de Estagira quanto a este tema.

2.2.3 Pretensão de um método educacional aristotélico

Apresentada e ultrapassada a dificuldade de qual deveria ser o currículo que as crianças e jovens deveriam ser submetidas para terem uma formação cidadã e integral dentro do contexto da *pólis* grega, torna-se necessário averiguar qual é o método de ensino proposto por Aristóteles.

Para compreender o método educacional aristotélico, assim como outros temas ligados à educação, há dificuldades adicionais pelo filósofo não ter nenhum texto direto e objetivo sobre o tema, de tal forma que para se extrair seu método é necessária uma visão holística por toda a sua obra, conforme aponta Hourdakís.

A respeito do método e da didática que o próprio Aristóteles aplicava no ensino das diferentes matérias aos alunos da sua escola, ele não diz nada de preciso em sua *Política*. Mas, quem quiser estudar esses elementos deverá ter observado globalmente toda a sua obra [...] (HOURDAKIS, 2001, p. 44)

Lançando-se a tal desafio, propõe-se apontar algumas indicações metodológicas presentes na obra peripatética, no entanto, sem qualquer pretensão de uma grande sistematização. Segundo Hourdakís (2001), Aristóteles utiliza o método empírico, no entanto, sem desvalorizar o conhecimento teórico, pois aponta que para chegar ao conhecimento é necessário que se desenvolva certa observação.

A observação é também muito importante em outro aspecto da aprendizagem citada pelo educador. Para ele, é por meio da imitação que desenvolvemos os primeiros conhecimentos; portanto a observação tem papel crucial na educação das crianças, as quais por meio da imitação, irão aprender as primeiras noções. Conforme aponta na obra *Poética*:

De fato, no ser humano a propensão à imitação é instintiva desde a infância, e nisso ele se distingue de todos os outros animais; ele é o mais imitativo de todos, e é através da imitação que desenvolve seus primeiros conhecimentos. (*Po.* 1448b, 4-7)

A imitação assume papel importante na educação infantil, pois através do uso de jogos, as crianças deverão ser inicialmente preparadas para o esforço posterior que a educação escolar irá exigir. Assim, os jogos contribuem para a aprendizagem como preparação para o esforço necessário da pedagogia ativa (CENCI, 2012).

Ao utilizar ambos os métodos, empírico e teórico, o filósofo também utilizará o método dialético de Platão em suas investigações, conforme Hourdakís, (2001, p. 47) “o desenvolvimento da argumentação lógica sob sua forma dialética levará à descoberta da verdade e ao conhecimento das coisas”.

Sobre o método dialético, Aristóteles o coloca como o caminho possível para descobrir a verdade “comum” entre as ciências, pois é ela que irá questionar e, como o próprio filósofo diz, não é possível que quem demonstre pergunte.

Mas a dialética não é concernente a certos tipos de itens determinados, nem é a respeito de algum gênero único. Pois, caso contrário, ela não perguntaria; pois não é permitido que quem demonstra pergunte, visto que não se prova o mesmo, para cada oposto que for o caso. (*Apo.* 77a, 32-35).

A amplitude metodológica proposta pelo filósofo, à qual não se fecha exclusivamente à proposta empírica ou teórica, faz com que o método de ensino utilizado seja adaptado a cada assunto, como é apontado na *Metafísica* (*Metaphysica*) e na *Política* (*Pol.*).

Por isso, é necessário ter sido instruído sobre o método que é próprio de cada ciência, pois é absurdo buscar ao mesmo tempo uma ciência e seu método. [...] não se deve exigir em todos os casos o rigor matemático, mas só nas coisas desprovidas de matéria. Por isso o

método da matemática não se adapta à física. (*Metaphysica* 995a, 12-17).

Compreende-se assim que para o pensador é importante ao professor conhecer diversos métodos e adaptá-los conforme a necessidade de cada assunto, assim como utilizar uma linguagem que seja familiar aos estudantes.

A utilização da linguagem familiar é uma exigência colocada por Aristóteles (*Metaphysica* 994b, 31-32) na Metafísica, “a eficácia das lições depende dos hábitos dos ouvintes. Nós exigimos, com efeito, que se fale do modo como estamos familiarizados; [...] O que é habitual é mais facilmente cognoscível”.

O uso de uma linguagem conhecida pelos estudantes não visa apenas facilitar a aquisição de conhecimentos, mas também contribuir para um aprendizado que seja prazeroso, visto que uma linguagem sofisticada e distante do estudante tende a dificultar a compreensão e a obtenção de prazer no assunto abordado.

A questão do prazer na educação é inserida no sistema educacional aristotélico diante de uma concepção antropológica, à qual o ser humano tende a buscar o prazer e a evitar a dor.

A compreensão das condições da ação virtuosa e das especificidades da virtude moral, sustentada no critério do meio termo, e da concepção de educação associada a esta pressupõe uma premissa antropológica fundamental: os homens tendem a buscar o prazer e a evitar o sofrimento. (CENCI, 2012, p. 57)

O próprio Aristóteles (*Pol.*) alerta para a importância do prazer no processo educacional, visto que devido à condição etária os jovens não toleram de bom grado nada que não seja suavizado pelo prazer. Portanto, é possível deduzir que não basta ao professor focar na utilização de vários métodos de ensino, mas para obter sucesso na transmissão do conhecimento e dos valores necessários à formação do cidadão, deve utilizar os métodos de modo que sejam prazerosos aos alunos.

3. A FUNÇÃO DA EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DO CIDADÃO E MANUTENÇÃO DA PÓLIS

Até o momento buscou-se compreender e descrever o sistema educacional aristotélico em seus aspectos pedagógicos e metodológicos; quais eram as visões do mestre grego sobre o tema, assim como quais os caminhos e orientações por ele indicados para se educarem as crianças e jovens da *pólis*. No pensamento educacional aristotélico, educação e política são indissociáveis. Para Garcia (2011), a conexão entre educação e política em Aristóteles é evidente, pois o filósofo percebe o processo educacional a partir do real e está fundamentado na organização política da cidade.

Essa organização política resulta da concepção antropológica de Aristóteles (*Pol.*) em que o ser humano é um “animal político” sem autossuficiência, portanto, que necessita viver em sociedade e constitui a *pólis* (Estado) para obter o que lhe falta.

É importante compreender que nesta relação entre o indivíduo e a cidade Aristóteles não concebia o coletivo separado do individual, e nessa relação a educação tem um papel crucial, conforme apresenta um de seus comentadores.

A educação consente no verdadeiro civismo, isto porque quanto melhor as partes, melhor o todo, tanto mais aperfeiçoado o todo, tanto melhor serão a constituição e os princípios de determinada coletividade política. (BITTAR, 2003, p. 1278)

No entendimento aristotélico, o todo prevalece sobre as partes, assim como a cidade prevalece sobre as famílias. Portanto, para se atingir a finalidade do Estado, que é a *eudaimonia*⁶, são necessários cidadãos virtuosos, e é por meio da educação que tais virtudes são ensinadas.

⁶ Termo grego que pode ser designado como felicidade. (CHAUÍ, 2002, p. 501)

O ideal do bem viver demanda um conjunto de condições para que a vida possa ser considerada valiosa e uma de suas dimensões fundamentais é a aquisição da virtude moral, a qual demanda uma aprendizagem que é mediada pela educação. (CENCI, 2012, p. 43)

Sendo a educação responsável por ensinar as virtudes a todos os cidadãos, ela não pode ser ignorada pelo governante, pois se trata de um assunto público, que diz respeito a toda a cidade. Sobre esta relação entre política e educação, Morral comenta:

Essa inculcação política da virtude funciona principalmente por meio da comunicação de hábitos corretos aos cidadãos, por parte do governo. [...] Esse é o objetivo de todo o legislador, e quando este não é capaz de exercê-lo objetivamente, fracassa. (MORRAL, 1985, p. 50)

O legislador, ao se preocupar com a educação, formará a base para a manutenção do regime, assim como, atingirá a finalidade da *pólis*. Caso contrário, ao não se preocupar com a educação, o governante provoca uma forma de patologia para a cidade (HOURDAKIS, 2001). Aristóteles, no livro VIII da *Política (Pol.)*, torna inquestionável esta preocupação por parte do legislador.

Ninguém questiona que a educação dos jovens deva constituir preocupação premente do legislador. Efetivamente, nas cidades onde a educação não tem lugar, isso redundaria em prejuízo dos regimes. (*Pol.* 1337a, 8-10).

A preocupação aristotélica em relação a um alinhamento entre a educação e a política da cidade não pode ser confundida como uma tentativa de supressão da individualidade ou uma tentativa de incutir um pensamento único, unilateral.

Ao concluir que o legislador que não se preocupa com a educação pode colocar em risco a cidade, o filósofo busca destacar que a educação deve

estar alinhada com o tipo de governo, ou seja, se o regime é democrático a educação deve ensinar as virtudes democráticas, caso contrário rebeliões e revoltas podem surgir por parte dos cidadãos para se alterar a forma de governo e a segurança da comunidade é colocada em risco. Segundo Weiss (2004), na concepção aristotélica a pior educação é a que contraria a Constituição da cidade.

Analogamente quanto aos cidadãos: ainda que sejam desiguais, têm uma tarefa comum que é a segurança da comunidade. Ora como a comunidade é o regime político, a virtude do cidadão deve necessariamente ser relativa ao regime. (*Pol.* 1276b, 27-30).

De acordo com Hourdakis (2001), Aristóteles se utiliza da legislação educativa para penetrar na alma dos cidadãos virtudes que contribuam para o indivíduo e para a cidade. Desta forma, ao inculcar valores que estejam de acordo com o regime, a unidade orgânica entre indivíduo e cidade estará garantida.

Neste ponto que se torna ainda mais evidente que o sistema educacional aristotélico não pode ser concebido sem uma estreita ligação com a política da *pólis*. É assegurando a estabilidade do regime que os indivíduos, e conseqüentemente a cidade, chegarão às suas respectivas finalidades (*telos*), que é a *eudaimonia*.

Na *Política* (1998), o estagirita analisa Constituições (leis) de diversas cidades e aponta que um dos erros destes regimes era menosprezar a educação. “De todos os meios aqui referidos para assegurar a conservação dos regimes políticos, o que se afigura mais importante é o que se encontra hoje menosprezado: a educação cívica”. (*Pol.* 1310a, 10-13).

Ao constatar que a educação, quando menosprezada pelo Estado, era um dos fatores de risco aos regimes, Aristóteles passa a analisar qual é o tipo de educação que a cidade deve adotar.

Inserido em um período de crise educacional, justamente em decorrência de a educação estar sendo realizada sem nenhuma orientação

geral, ou seja, cada família ateniense educava seus filhos conforme lhe fosse conveniente, o pensador questionará se deve haver algum código que regule a educação, e se esta deverá ser pública ou privada.

É preciso considerar se deveria haver algum código de regulamentação para a educação das crianças; depois, se a educação deve estar a cargo da cidade ou de indivíduos particulares (como sucede atualmente na maioria das cidades); em terceiro lugar, que educação adotar. (*Pol.* 1337a, 4-7).

Cabe, portanto, verificar qual é o tipo de sistema educacional, se público ou privado, que a cidade deve adotar para inculcar em seus cidadãos os valores e virtudes necessários para manutenção dos regimes e condução da *pólis* à felicidade.

3.1 EDUCAÇÃO PÚBLICA E EDUCAÇÃO PRIVADA

A unidade orgânica, ou seja, a sobreposição natural de valores e princípios entre cidadãos e a *pólis* é muito importante dentro do sistema político aristotélico e esta concepção de organicidade se conecta com a compreensão do filósofo sobre o tipo de sistema educacional que a cidade deve utilizar.

Esta unidade entre cidadão e cidade remonta à visão aristotélica entre o “todo” e as “partes”, em que os cidadãos, como partes integrantes, não pertencem a si mesmos, mas pertencem à cidade.

Pois, segundo o seu pensamento, os assuntos públicos devem ser objeto de cuidados públicos, e a educação é um assunto público. Ao mesmo tempo, nenhum cidadão deverá pensar que pertence a si mesmo, mas que pertence à cidade. E, como cada um é membro da cidade, é *natural* que os cuidados fornecidos a cada membro visem aos cuidados fornecidos ao conjunto. (HOURDAKIS, 2001, p. 28-29)

Ao comentar a educação aristotélica e sua relação com a *pólis*, Cenci (2012) aponta que a escola, quando separada dos ideais e finalidade da

cidade, não sabe o *que* e *como* ensinar. O próprio Aristóteles (*Pol.*) afirma que a educação é um assunto de interesse de toda a cidade, portanto, público.

A educação é um assunto que interessa a todos os cidadãos e também um dos elementos coesivos da comunidade; logo, o sistema educacional deverá ser público e não privado.

Tendo toda a cidade um único fim, é evidente que a educação deve necessariamente ser uma e a mesma para todos, e que o cuidado posto nela deva ser tarefa comum e não do foro privado, como se tornou prática corrente (pois cada um se preocupa em particular com a educação dos seus filhos, dando-lhes um ensino privado, segundo melhor parece a cada qual). (*Pol.* 1337a, 19-24).

Ao descrever o sistema educacional aristotélico como um sistema público, é necessário observar a utilização de alguns termos, visto que a compreensão aristotélica de “público” e “privado” não condiz com o entendimento contemporâneo. Não se deve confundir educação pública com gestão estatal da educação e nem educação de foro privado com uma gestão escolar que não pertença ao Estado.

Aristóteles, ao falar de uma educação pública, está indicando que a educação deve ter seus princípios regidos por leis (as quais cabe ao Estado definir) que transmitirão os mesmos princípios e ensinamentos para toda a geração que está sendo educada. Sendo assim, quando se fala em uma educação pública em Aristóteles, o significado do termo está mais próximo a uma legislação educacional única, em que o Estado deve definir quais princípios e valores devem ser ensinados às crianças e jovens em idade escolar, do que propriamente um sistema educacional totalmente financiado e gerido pelo Estado.

Ao se comparar o modelo⁷ atual da educação brasileira, pode-se dizer que ela seria pautada em uma visão aristotélica, visto que o Estado, por meio

⁷ Basta compreender a reforma proposta pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC) que traz habilidades e competências gerais que devem ser ensinadas para todos os estudantes, sejam eles de escolas públicas ou privadas.

de uma legislação⁸, determina os parâmetros gerais do que deverá ser ensinado, e esta legislação se aplica a todas as instituições de ensino, independentemente se a gestão escolar é estatal (financiada com recursos públicos) ou privada (financiada com recursos das famílias).

Não é possível concluir qual é tipo de financiamento educacional defendido pelo filósofo (se estatal, privado ou misto), e não é este o objetivo deste estudo, porém, o que se pôde levantar é que os estudantes do Liceu realizavam os seus estudos gratuitamente, conforme comenta Bittar (2003, p. 29): “as despesas para a conservação da escola advinham das contribuições particulares e da corte macedônica, uma vez que dos discípulos nada se cobrava”.

Ademais, um ponto a ser destacado quanto ao caráter público da educação é que ela se destinava a uma parcela específica e restrita da população, como traz Hourdarkis (2001, p. 37), “Aristóteles é o instigador de uma educação liberal, mas de uma educação que concerne somente aos cidadãos livres, e particularmente aos homens, não às outras camadas sociais”.

Mesmo com a grande ênfase dada à educação “pública”, regida por uma legislação que irá ser aplicada na educação dos futuros cidadãos, Aristóteles não menospreza a educação privada (familiar), conforme é possível verificar em sua *Ética a Nicômaco (EN)*.

Com efeito, da mesma forma que nas cidades as leis e os costumes predominantes têm força, nos lares a autoridade e os hábitos do pai também têm, e a força destes é ainda maior por causa dos laços de sangue e dos benefícios devidos ao pai, pois os filhos demonstram inicialmente uma afeição natural em relação a ele e a disposição de obedecer-lhe. (EN 1180b, 5-10)

A educação familiar não é valorizada apenas devido aos laços familiares entre o pai e o jovem, mas também porque o ensino privado aufere cuidados mais detalhados às necessidades particulares. Na visão aristotélica,

⁸ Como, por exemplo, a LDB 9394/1996.

tanto Estado como família terão seus objetivos traçados, a educação privada deverá primar pelo cuidado particular e a pública do quadro geral. “Dessa forma, a família tratará o filho como um indivíduo, com cuidados minuciosos e especiais correspondentes a seu caso particular, contrariamente à educação pública, que traçará o quadro geral”. (HOURDAKIS, 2001, p. 31)

No intuito de argumentar sobre as vantagens do ensino privado, o próprio filósofo (*EN*) exemplifica: se o médico de maneira geral prescreve o repouso e o jejum para pessoas com febre, para determinadas pessoas o mesmo tratamento pode não ser adequado. “Parece então que os detalhes são tratados com mais atenção se o cuidado é individual, pois é mais provável que nesta modalidade cada pessoa receba a atenção que seu caso requer”. (*EN* 1180b, 15-18).

Sobre a relação entre ensino público e privado em Aristóteles, Hourdakis faz o seguinte comentário;

Ele pensa, contudo, que é quando uma cidade estabeleceu um sistema de ensino público perfeito que o ensino privado pode ser útil. Mas é o Estado que, com a ajuda dos pais, tentará obter a realização do bem político por intermédio da educação familiar, privada e pública. (HOURDAKIS, 2001, p. 31)

Pode-se, então, a partir da interpretação de Hourdakis, compreender que Aristóteles busca unir a família e o Estado na educação dos futuros cidadãos e antecipa alguns preceitos atuais, como os que constam na Constituição Federal do Brasil (2016), que traz a educação como uma obrigação da família e do Estado para com a criança.

4. CONCLUSÃO

Diante do exposto sobre o pensamento e o sistema educacional aristotélico, entende-se que apesar do pouco espaço destinado pelos pesquisadores da educação e da filosofia à análise e reconstrução deste sistema, não é mais possível desconsiderar Aristóteles entre os pensadores da filosofia da educação.

Ao buscar resolver a crise política e educacional que dominava as cidades gregas do período pós-clássico, Aristóteles construiu um sistema educacional que visava proporcionar uma formação integral do ser humano e resgatar os valores coletivos. E, assim como outros aspectos da sua filosofia *teleológica*, seu sistema pedagógico tem por finalidade última proporcionar a instrução que culminará com a *eudaimonia* dos indivíduos e da *pólis*.

Diferente de teorias educacionais que se voltam apenas para o aspecto individual, Aristóteles compreende seu modelo educacional interligado com a ética (caráter do indivíduo) e com a política (comunidade). Voltado a uma concepção holística da existência, a educação aristotélica visa preparar os jovens para as diversas situações da vida, ou seja, para atingir a sua finalidade, o cidadão precisa saber lidar com os momentos de guerra e de paz, de trabalho e de ócio.

Para o filósofo não é possível compreender uma educação apartada do sistema político e conseqüentemente das questões éticas. Segundo Hourdakís, a teoria educacional aristotélica:

[...] tentou, por um lado, especificar a noção de homem cultivado, com base em sua participação política, sua personalidade moral e sua capacidade criadora, e por outro, examinar a noção de educação como uma progressão do homem desde o *estado natural* até o *raciocínio*, passando pelo hábito. (HOURDAKIS, 2001, p. 13)

É função da educação instruir os infantes e jovens nos valores civis que, alinhados com os valores da *pólis*, promoverão a estabilidade do regime

político. Caso contrário, se os valores individuais e sociais forem antagônicos, a estabilidade da cidade será prejudicada e conseqüentemente a *eudaimonia* dos cidadãos não será atingida. Ou seja, para dizê-lo em termos contemporâneos, a visão aristotélica da educação é fortemente comunitarista.

Como a educação é a responsável pela formação dos cidadãos e transmissão dos valores que mantêm o regime político, ela deverá ser a mesma para todos, ou seja, “pública”. Sendo assim, cabe ao Estado inserir na legislação os princípios do sistema educacional que deve ser seguido.

Para atingir a finalidade da *pólis*, o Estagirita constrói um sistema educacional que inicia no seio familiar, antes mesmo do nascimento do futuro cidadão e segue até os sete anos de idade. Neste período as orientações para a educação do infante são de exercícios condizentes com a idade e cuidados em relação ao que as crianças ouvem e veem, visto que aprendem por meio da imitação.

Após esta primeira etapa familiar, é o Estado que deve nortear, por meio da educação pública, os princípios curriculares sobre os quais os jovens (de 7 a 21 anos) serão instruídos. Este currículo é composto pelas disciplinas de gramática (leitura e escrita), ginástica, música e desenho, cada uma desempenhando uma função na formação do jovem.

Quanto ao método, mais uma vez o mestre grego amplia possibilidades, não restringindo o professor e o estudante a um único caminho. A transmissão dos conteúdos curriculares contará tanto com o método experimental (empírico) quanto com o teórico, variando conforme a exigência de cada ciência. O que o professor deverá observar, é se o processo educacional é prazeroso ao estudante, visto que, devido à idade, não costumam tolerar nada que não lhes proporcionem algum prazer.

Ademais, ressalta-se que este breve estudo não esgotou todas as possibilidades de investigação do sistema educacional aristotélico. Assim, pesquisas futuras poderão abordar o tema por um viés inexplorado, tais como a relação entre educação e a manutenção do regime político; qual o sistema de

financiamento educacional seria defendido pelo filósofo; ou aprofundar o método educacional aristotélico.

Por fim, destaca-se que a educação em Aristóteles é uma educação contínua, que busca permanentemente o ensinamento da virtude para que seja possível atingir a felicidade do indivíduo e da *pólis*.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. Tradução de Alfredo Bossi e Ivone Castilho Benedetti. 5ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ARAÚJO, E. M. D.; SILVA, J. D. B. Educação e Filosofia: a contribuição de Aristóteles. **Interação Interdisciplinar**, Mineiros, v. 01, p. 133-148, Jan - Jul 2017.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos**. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Universidade de Brasília, 1985. 238 p.

_____. **Política**. Tradução de Antônio Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Lisboa: Vega, 1998.

_____. **Segundos Analíticos**: Livro I. Tradução de Lucas Angioni. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2004.

_____. **Poética**. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2011.

_____. **Metafísica**. Tradução de Marcelo Perine. 3ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, v. II, 2014. Giovanni Reale.

BITTAR, E. C. B. **Curso de filosofia aristotélica: leitura e interpretação do pensamento aristotélico**. Barueri: Manole, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2016.

CENCI, A. V. **Aristóteles e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHAUÍ, M. **Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles**. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, v. 1, 2002.

FERRY, L. **Aprender a viver**. Tradução de Vera Lucia dos Reis. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. 302 p.

GARCIA, A. B. A política de aristóteles e o sistema teórico de educação da cidade. **Revista eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 5, p. 79-90, maio 2011.

HOURLAKIS, A. **Aristóteles e a Educação**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

JAEGER, W. **Paidéia: A formação do Homem Grego**. Tradução de Artur M. Parreira. 4ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LAËRTIOS, D. **Vidas e Doutrinas dos Filósofos Ilustres**. Tradução de Mário da Gama. 2ª. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008. Mário da Gama.

MORRAL, J. B. **Aristóteles**. Tradução de Sérgio Duarte. 2ª. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

PLATÃO. **A república**. Tradução de Edson Bini. 2ª. ed. São Paulo: Edipro, 2014.

WEISS, J. Paidéia e Politéia em Aristóteles. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, 2004. 167-175.